

COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E
APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Gestão, Organização e Compartilhamento
de Conteúdos Informacionais



24 & 25
agosto.2021

EIXO TEMÁTICO:

Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NOS PERIÓDICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIROS: UMA ANÁLISE NA BRAPCI

THE INFORMATION POLICY IN BRAZILIAN INFORMATION SCIENCE JOURNALS: AN ANALYSIS AT BRAPCI

Lucilene Aparecida Francisco lucilene.aparecida@uel.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina -PPGCI-UEL.

Terezinha Elisabeth Silva terezinha.elisabeth.silva@gmail.com

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina – PPGCI/UEL.
Analista Legislativo da Câmara dos Deputados.

Ana Cristina Albuquerque albuacati@uel.br

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho – UNESP.
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina - PPGCI-UEL.

Resumo: O campo de estudos Política de Informação busca compreender o conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos que orientam a criação, o processamento, o fluxo e o acesso à informação. Sua produção científica encontra-se dispersa entre os diferentes periódicos da Ciência da Informação. Assim, este estudo busca conhecer as perspectivas temáticas do campo Política de Informação recorrentes nas publicações periódicas da Ciência da Informação, identificar os autores e periódicos que publicaram a respeito do tema e mapear os assuntos discutidos nessas produções. Como metodologia adota a pesquisa bibliográfica realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, utilizando o termo “política de informação”. Os dados, tratados a partir da análise bibliométrica, indicam como resultado uma concentração das produções em determinados autores e periódicos e a emergência de temas e estudos que apontam as inquietações do campo em relação às condições desiguais de acesso à informação.

Palavras-chave: Política de Informação. Acesso à Informação. Produção Científica.

Abstract: The Information Policy field of studies seeks to understand the set of principles, laws, guidelines, rules, regulations and procedures that guide the creation, processing, flow and access to information. Its scientific production is dispersed among the different Information Science periodicals. Thus, this study seeks to understand the thematic perspectives of the Information Policy field that are recurrent in periodic publications on Information Science, identify the authors and periodicals that have published on the topic and map the issues discussed in these productions. As a methodology, it adopts the bibliographic research carried

out in the Reference Database of Journal Articles in Information Science, using the term “information policy”. The data, treated from the bibliometric analysis, indicate as a result a concentration of productions in certain authors and journals and the emergence of themes and studies that point to the concerns of the field in relation to the unequal conditions of access to information.

Keywords: Information Policy. Access to Information. Scientific Production.

1 INTRODUÇÃO

A temática Política de Informação compõe o grupo de estudos GT-5 – Política e Economia da Informação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), dedicado ao estudo das políticas e regimes de informação, incluindo questões referentes à relação entre Informação, Estado e governo; poder, ativismo e cidadania e ética e ecologia da Informação. Nesse contexto, política de informação refere-se ao conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos que orientam a criação, processamento, fluxo e acesso à informação (BRAMAN, 2011). Sua compreensão pressupõe a constatação de que o fluxo informacional que ocorre na sociedade é tensionado por conflitos de interesses, desigualdade de acesso e disputas de poder, e que cabe à Política de Informação regular e equilibrar essas tensões.

Este estudo busca mapear as temáticas recorrentes nesse campo e identificar os autores e periódicos que publicaram sobre o tema nos últimos dez anos. Para isso, norteia-se pela seguinte questão: Quais as perspectivas temáticas do campo Política de Informação recorrentes nas publicações periódicas da Ciência da Informação? A resposta a esse questionamento é obtida por meio de um estudo exploratório de caráter bibliográfico e descritivo, realizado na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), utilizando o termo de busca “Política de Informação”, na opção “todos os campos”, com delineamento temporal de 2011 a 2020 e o emprego da técnica de análise de bibliométrica para tratamento dos dados.

Os resultados indicam uma variedade de autores e periódicos publicando acerca do tema, porém uma concentração dessas produções em determinados autores e publicações. Apontam ainda a incidência de temas assonantes e dissonantes às pesquisas de Pasek (2015) e revelam a emergência de novas temáticas nos estudos do campo, decorrentes do regime de informação vivenciado no país, que demonstram as inquietações da área em relação às condições desiguais de acesso à informação do contexto brasileiro. Este trabalho integra um estudo de maior abrangência ainda em andamento.

2 O CAMPO POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

A Política de Informação é um campo de estudos emergente na Ciência da Informação. É decorrente do desenvolvimento tecnológico e da aceleração nos processos de criação, produção, distribuição, acesso e apropriação da informação, fazendo com que os diferentes públicos usuários passassem a exigir maior responsabilidade, transparência, privacidade, segurança e qualidade das informações e suscitando uma competição de interesses que demandam ações de regulações para produção e apropriação da informação na sociedade (PASEK, 2015).

A complexidade e pluralidade dos assuntos tratados pela Política de Informação a torna um tema interdisciplinar, relevante a diferentes disciplinas como Política e Políticas Públicas, gestão pública, entre outras, porém a maior parte da literatura sobre o tema reside na Ciência da Informação (BRAMAN, 2011). Suas definições consideram tanto o papel dos governos, quanto a influência do mercado e das organizações no acesso à informação, uma vez que são concebidas como diretrizes sociais, políticas, jurídicas, econômicas e tecnológicas que determinam o papel e o fluxo da informação na sociedade. Essas decisões operam em nível social,

quando aplicadas nacional e internacionalmente e em um nível instrumental, quando impactam a criação, disseminação, uso e preservação da informação (MAXWELL, 2003).

Pasek (2015) categoriza as Políticas de informação a partir das diferentes etapas do ciclo da informação, compreendidas como: criação, produção, distribuição, acesso e compartilhamento da informação, envolvendo questões como: proteção da liberdade de expressão, dos direitos do autor e da privacidade; prevenção à pirataria e espionagem corporativa, à censura, ao uso de palavras impróprias e discursos discriminatórios; restrição do acesso de determinados públicos, migrações e *downloads* não autorizados e promoção da transparência governamental, do acesso aberto, da neutralidade de rede e da competência em informação.

Entretanto, Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2001) alertam para fragilidade da abordagem do tema a partir das etapas do ciclo da informação, apontando a possibilidade de fragmentação das responsabilidades de formulação de políticas, instituições e discussões a respeito do tema. Neste aspecto, para os autores falta uma visão geral e integradora do regime de Política de Informação, da complexa ecologia das leis, regulamentos, práticas de gestão e culturas institucionais que moldam as atividades de transferência de informação. Neste sentido, cabe destacar que não há "verdades" objetivas na Política de Informação. Há apenas valores – ao invés de leis e regulamentos específicos – que sustentam nossas concepções de informação. Desse modo, sobressaem as ideologias políticas e profissionais na percepção dos problemas e dilemas da Política de Informação e na forma como esses são percebidos, examinados e representados pelas diferentes partes interessadas.

Ao estudarem a produção do conhecimento em Política de Informação no contexto brasileiro, Silva e Pinheiro (2011) destacam que os estudos desse campo envolvem: direitos autorais, acesso aberto, privacidade, telecomunicações e conectividades, softwares livres, propriedade intelectual, governança; governo eletrônico, acesso à informação, exclusão digital, legislação internacional, entre outros. As autoras salientam que a dispersão de assuntos evidencia a emergência de temas recentes que se relacionam entre si, formando uma rede diversificada de interesses e ações.

Acrescentam-se ao rol de estudos do campo, os Regimes de Informação, compreendidos como um sistema no qual a informação flui a partir de produtores e estruturas específicas, a consumidores ou usuários singulares (FROHMANN, 1995). Ou ainda como um modo de produção de informação dominante na sociedade, de acordo com o qual são definidos os sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Os estudos do campo Políticas de Informação incluem também os debates relativos à polissemia do termo “informação”, conforme apontado por Rojas (2012) e do termo “política”, que além de ser influenciado pelo contexto em que é usado, pode ter diferentes definições, como: teorias, modelos ou leis, rótulo para um campo de atividade, decisões de governo ou ainda representar propostas ou processos específicos (BROWNE, 1997). Assim, as definições da política referem-se de várias maneiras a (a) princípios, regras e diretrizes; (b) objetivos ou missões; (c) processo; (d) decisões e; (e) documentos formais (PASEK, 2015).

Apontando as debilidades dos estudos a respeito do tema, Silva e Pinheiro (2011) destacam a necessidade de melhor definição dos conceitos e maior adensamento das reflexões que circundam o campo. Nesta linha de raciocínio, Jardim

(2008) destaca não haver na literatura um quadro conceitual suficientemente denso sobre Políticas de Informação, pois a compreensão do termo tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional, como: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica entre outros elementos que demandam maior aprofundamento na compreensão das suas implicações, sociais, políticas e econômicas. Fato que justifica as análises acerca das produções do campo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva que traz como delineamento metodológico o estudo bibliográfico de abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória, compreende uma das primeiras etapas da pesquisa, promovendo a aproximação entre pesquisador e o tema, com o intuito de torná-lo mais explícito e possibilitar a construção de hipóteses. A pesquisa descritiva propõe-se a descrever as características de determinado fenômeno ou descobrir relações entre as variáveis (GIL, 2019) e o estudo bibliográfico procura explicar um problema, a partir do conhecimento disponível e das teorias publicadas (KÖCHE, 2011). Já a abordagem qualitativa dos dados busca interpretar o significado e a intencionalidade dos atos, das relações e das estruturas sociais e suas influências no objeto de pesquisa (MINAYO, 2010). Os dados foram analisados por meio de estudo bibliométrico com o intuito de mapear, identificar e analisar o crescimento e a tendência da produção científica na área (CRIVELENTE, 2019).

O levantamento dos dados ocorreu na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) em 15 junho de 2021, utilizando o termo de busca “Política de Informação”, na configuração “todos os campos” com delineamento temporal de 2011 a 2020. Importante destacar que a Brapci tem por objetivo subsidiar estudos e propostas na Ciência da Informação, para isso identifica títulos de periódicos da área e indexa seus artigos. Constituindo-se, portanto, em uma base de dados referenciais no âmbito da Ciência da informação que amplia o acesso às informações ao mesmo tempo, que revela as especificidades do domínio científico. A base disponibiliza referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais da área de Ciência da Informação, sendo 40 ativos e 17 históricos (descontinuados) (BRAPCI, 2020). Dada a sua representatividade, acredita-se que esta base de dados seja uma significativa fonte de pesquisa para a área de Ciência da Informação e que permita conhecer a tendência temática dos estudos no campo Políticas de Informação.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico recuperou inicialmente 90 publicações, sendo 21 trabalhos publicados em eventos e 69 artigos de periódicos, contemplando as modalidades: artigos, relatos de pesquisa e relatos de experiência. Dos artigos de periódicos, um apareceu em duplicidade, três possuíam datas de publicação anteriores ao recorte temporal estabelecido e um não apresentou o arquivo PDF do artigo, talvez por alguma inconsistência no preenchimento dos metadados na base, portanto foram desconsiderados na pesquisa, compondo assim, o *corpus* desse estudo, 64 artigos de periódicos.

O tema Política de Informação apareceu em 27 diferentes periódicos no período, concentrando-se especialmente nas publicações Informação & Informação (8); Informação & Sociedade: Estudos (6); Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (6) e Perspectivas em Ciência da Informação (5). Os demais periódicos apresentaram menos de cinco artigos acerca do assunto e 13 periódicos apresentaram apenas uma publicação a respeito da temática no período.

Esses dados revelam a dispersão das discussões acerca do tema na área, dada a pluralidade de assuntos, conforme aponta Braman (2011), muito embora se perceba a incidência de publicações em revistas de melhor avaliação no Qualis Periódicos o que confere prestígio e qualidade aos trabalhos. Verificou-se também a ausência de um periódico ou número temático voltado aos estudos do campo, diferentemente do que ocorre no cenário internacional, com a publicação “Information Policy”¹.

Quanto ao período de publicação, destacam-se os anos 2014 e 2017 com maior número de produções sobre o tema, nove publicações cada. Esses períodos sucedem a promulgação da Lei n. 12527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011) e Política Nacional de Informação e Informática em saúde (BRASIL, 2016), fatos que impulsionaram pesquisas e publicações a respeito do tema. Nesse aspecto, destaca-se que o desenvolvimento do campo, assim como da Ciência da Informação, tem acompanhado os fenômenos e mudanças sociais e se constituído a partir dos problemas, os quais a Ciência da Informação se propõe a compreender e solucionar (POPPER, 1972 *apud* SARACEVIC, 1996).

O tema foi discutido por 106 diferentes autores no período, porém, verifica-se a predominância de três autoras: Isa Maria Freire (UFPB); Terezinha Elisabeth da Silva (UEL) e Marta Macedo Kerr Pinheiro (UFMG), com sete, seis e cinco artigos publicados, respectivamente, configurando-se, portanto, como autoras produtivas e atuantes como pesquisadoras e orientadoras de estudos acerca do tema. Os autores Gustavo Henrique Araújo Freire, Herbert de Oliveira Rego e Edilene Maria Silva, publicaram três artigos, sendo parte dessa produção em coautoria com Isa Maria Freire, conforme se observa na Tabela 1 seguir:

Tabela 1 - Autores que publicaram três ou mais artigos a respeito do tema no período.

Autores	Publicações
FREIRE, Isa Maria	7
SILVA, Terezinha Elizabeth da	6
PINHEIRO, Marta Macedo Kerr	5
FREIRE, Gustavo Henrique Araújo	3
REGO, Herbert de Oliveira	3
SILVA, Edilene Maria	3

Fonte: Elaborada pelas autoras

Por outro lado, verificou-se que embora se tenha número considerável de autores, a maior parte deles, cerca de 85, publicou apenas um artigo a respeito do assunto no período, o que pode significar carência de projetos de estudos consistentes na área e ausência de tradição de pesquisa na temática. Ainda com relação à autoria, identifica-se apenas 12 artigos em autoria individual e 52 produções em coautorias, demonstrando a tendência do campo em formar grupos de estudos e redes colaborativas de pesquisa que resultam em trabalhos de autoria coletiva, como comumente ocorre nas Ciências Humanas e Sociais e, por conseguinte, na Ciência

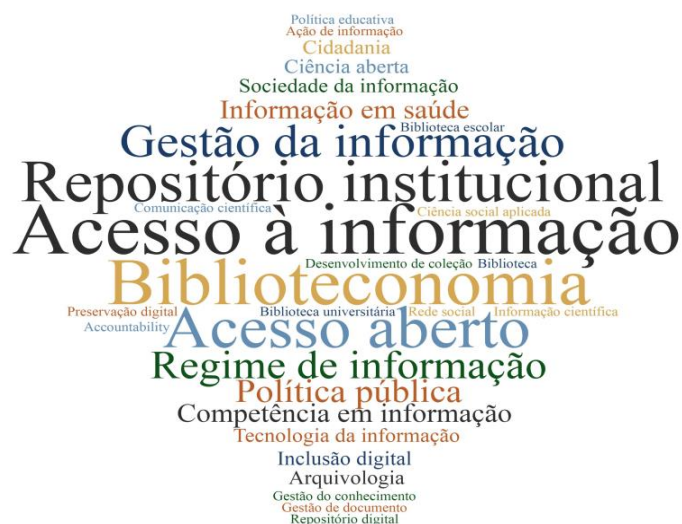
¹ Publicação da OS Press disponível em: <https://www.iospress.nl/journal/information-polity/>

da Informação. Vale observar ainda que a autora Marta Macedo Kerr Pinheiro também aparece com significativa produção nas edições do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), conforme destacam os estudos de Silva e Eirão (2019).

Em relação às palavras-chave dos trabalhos, as análises demandaram alguns ajustes, visto que foram encontrados termos pouco significativos para o tema, como “análise de conteúdo”; “técnica de entrevista”, que tratam da metodologia utilizada e não representam o assunto do documento. Houve também a adaptação dos termos para o singular, visto que muitos apareceram no plural e também dos termos sinônimos, como “acesso livre” e “acesso aberto”, “competência informacional” e “competência em informação”. Nesses casos adotou-se os termos “acesso aberto” e “competência em informação”, respectivamente.

Feitos os devidos ajustes foram identificadas 125 diferentes palavras-chave representando os trabalhos, porém 91 dessas palavras foram utilizadas apenas uma vez, mas representam temas relevantes para o campo, como curadoria digital, cibersegurança, governança, dados pessoais, proteção de dados, transparência entre outras, o que pode significar uma carência de estudos no campo sobre esses assuntos. Como esperado, os termos “Política de Informação” e “Ciência da Informação” são, obviamente, os mais citados. Além deles, observou-se a preponderância de temas como: acesso à informação; acesso aberto, repositório institucional, informação em saúde; regime de informação, competência em informação entre outros, que certamente representam os temas mais debatidos no campo, conforme a nuvem de palavras a seguir:

Figura 1- Nuvem de palavras chave dos artigos



Fonte: Elaborada pelas autoras no *Wordclouds*²

Em breve comparação dos termos identificados nos trabalhos com os temas das Políticas de Informação propostos por Pasek (2015), verifica-se, embora haja correspondência entre os assuntos na maioria dos casos, o surgimento de novos temas como informação em saúde, inclusão digital, cidadania e repositório institucional entre outros assuntos, impulsionados pela Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (BRASIL, 2016), pela Lei de Acesso à Informação

² Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>

(BRASIL, 2011) e pelo movimento de acesso aberto, que revelam as inquietações do campo em relação às condições desiguais de acesso à informação no contexto brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar as perspectivas temáticas do campo Política de Informação nos periódicos da Ciência da Informação, a partir da pesquisa na Brapci, indicando periódicos, autores e temáticas recorrentes no campo.

A pesquisa revelou a ausência de uma publicação periódica exclusiva para o campo Política de Informação, com isso os trabalhos que versam sobre o tema encontram-se dispersos entre outros assuntos tratados na Ciência da Informação. No entanto, o aumento do interesse e das pesquisas voltadas ao tema, torna viável a edição de números temáticos específicos com o intuito de impulsionar e reunir as produções e reflexões sobre o assunto, face ao atual contexto social, político e econômico, marcado ainda pela exclusão de parcela significativa da população do acesso à informação ao mesmo tempo em que pequenos grupos detêm o controle e a vigilância de dados pessoais sigilosos e os utilizam de forma a ampliar suas vantagens no mercado.

Como limitação, aponta-se o fato das palavras-chave não passarem por um processo de controle de vocabulário e muitas vezes não corresponderem aos assuntos dos documentos, conforme destacam Silva e Pinheiro (2011). Contudo, enfatiza-se como função precípua da palavra-chave, a representação do conteúdo dos trabalhos e ressalta-se a necessidade de maior atenção e reflexão acerca da definição dos termos indexadores dos trabalhos na área.

Estudos acerca da produção científica do campo Política de Informação são relevantes devido à dispersão das publicações e dos temas abordados, além das múltiplas definições que podem ser atribuídas aos termos “política” e “informação”, características da transversalidade do campo. E ainda em razão das substanciais contribuições desse eixo temático para a Ciência da Informação, em especial na compreensão das relações e valores que regem a produção, circulação e apropriação da informação na sociedade.

REFERÊNCIAS

BASE de Dados Referenciais de Artigos em Ciência da Informação (BRAPCI). Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º.[...]. Brasília: Presidência da República [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Philadelphia, v. 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: http://people.tamu.edu/~Braman/bramanpdfs/38_defininginfopolicy.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BROWNE, M. The field of information policy: fundamental concepts. **Journal of Information Science**, Brighton, v. 23, n. 4, p. 261-275, 1997. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/016555159702300401>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CRIVELANTE, M. R. **Métodos e técnicas bibliométricas de análise de produção científica**: um estudo crítico. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19022021-124556/publico/MarianaRamosClivelenteVC.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actos network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmonton, Alberta. **Annals**[...] Edmonton, 1995. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 10 jun. 2021.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. São Paulo, 2008. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Ancib. 2008. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/159/152>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAXWELL, T. A. Toward a Model of Information Policy Analysis: Speech as an Illustrative Example. **First Monday**, Chicago, v. 8, n 6, 2003. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1060>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PASEK, J. E. Defining Information Policy: relating issues to the information cycle. **New Review of Academic Librarianship**, Philadelphia, v. 21, p. 286–303, 2015.

Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13614533.2015.1009126>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROJAS, R. O objeto de estudo as Ciência da Informação: construído, complexo e transdisciplinar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13. Rio de Janeiro, 2012. **Anais Eletrônicos** [...] Brasília: Ancib. 2012. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1091/REND%c3%93N%20ROJAS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROWLANDS, I.; EISENSCHITZ, T.; BAWDEN, D. Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, Penglais, v. 28, n. 1-2, p. 77-84, 2002. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/016555150202800104>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SARACEVIC, T., Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em 10 jun. 2021.

SILVA, T. E.; EIRÃO, T. G. **Mapeamento e tendências do GT5 do ENANCIB**: um estudo dos trabalhos apresentados de 2011 a 2018. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20. Brasília, 2019. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: Ancib. 2019. Disponível em:

<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1103/755>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SILVA, T. E.; PINHEIRO, M. M. K. Políticas de Informação no âmbito do Enancib. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12.

Brasília, 2011. **Anais Eletrônicos** [...] Brasília: Ancib. 2011. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1703/Pol%C3%ADticas%20-%20Silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.